



Anais da Assembléia

N.º 77

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 1977

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 1977

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Srs. Deputados Gabriel Sampaio e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, Ivan Rüppel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados Erondy Silvério, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, David Federmann, Del Ciel, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Renato Bernardi e Wilson Fortes (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o número 78/77 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** o Projeto de Lei número 86/76

do Sr. Deputado David Federmann, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Piraí do Sul, imóvel que especifica. — **Agradeça-se.**

Sob o número 424/77, do Senhor Dr. Antônio Godinho Machado, Secretário de Saúde e Bem Estar Social do Município de Maringá, encaminhando relatório de Serviços prestados por aquela Secretaria, durante o mês de maio de 1977. — **Ao conhecimento da Casa.**

EMENDA.

EMENDA

SÚMULA: Emenda ao artigo 421, parágrafo 1.º, inciso III, da Constituição do Estado do Paraná, alterando a idade do Governador do Estado, de 35 para 30 anos.

O inciso III, do parágrafo 1.º, do artigo 42 da Constituição do Estado do Paraná, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 42.
I.
II.
III. ... ser maior de 30 anos".

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1977.

(aa) LINEU TURRA e NILSO SGUAREZI

Apoiamentos: Osvaldo Macedo, Adalberto Daros, Antônio Facci, Jayme Rodrigues Carvalho, Enéas Faria, Deni Schwartz, Hélio Manfrinato, Accioly Neto, Fidelcino Tolentino, Valter

Pietrângelo, Aragão de Mattos Leão, Domício Scaramella, Lúcio Machado, Muggiati Filho, Jurandir Messias, Jorge Sato, Edilson Alencar, Fabiano Braga Cortes, Waldenício Barbalho, Del Ciel, Renato Bernardi, Luiz Roberto Soares, Gabriel Manoel, Maurício Fruet e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 42, parágrafo 1.º, inciso III da Constituição do Estado do Paraná, estabelece que um dos requisitos de elegibilidade para Governador e Vice-Governador, é ter uma idade mínima de 35 anos. A exigência parece destoar da realidade brasileira, pois é uma nação formada de jovens.

De outro lado, quer nos parecer que não há razões para que se mantenha aquela exigência de idade mínima de 35 anos, quando se sabe que um cidadão com 30 anos já atingiu a plenitude da sua formação, que só o preconceito rançoso poderia objetar.

Convém lembrar que diversas Constituições de Estados brasileiros fixam a idade de 30 anos para Governador e Vice, entre elas podemos citar as Constituições dos Estados do Amazonas, Bahia, Minas Gerais e Paraíba (Artigos 36, 51, 73 e 55, respectivamente).

A Constituição do Estado de Santa Catarina estabelece em 25 anos (Artigo 83).

Já as Constituições dos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso, Piauí e Acre são omissas.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, REGIME DE URGÊNCIA aos seguintes Projetos de Resolução. 04, 05, 06, 15, 23, 27, 28, 29, 37, 68, 69, 80, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 113, 114, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 130, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202, 204, 206, 212, 213, 216, 220, 92 e 135/77.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOAQUIM AMARAL SANTOS, funcionário público estadual, ocorrido no dia 18 p. passado.

O extinto era pessoa de destaque nos meios esportivos e turfísticos do Paraná, seus dotes morais e intelectuais, demonstrados durante sua existência, marcaram profundamente, deixando uma grande lacuna entre seus amigos e familiares.

Requerem outrossim, se dê ciência à família enlutada, sita à rua Vicente Machado n.º 1811, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO e JURANDIR MESSIAS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto

Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Sr. RENATO FESTUGATO, ocorrido no último dia oito, na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Esse eminente e saudoso homem de empresa, que a exemplo da civilização cascavelense e oestina é egresso do grande Estádio Riograndense, veio para Cascavel e ali plantou um complexo empresarial que se iniciou na década de 50, abrindo uma clareira na densa floresta das araucárias.

Através da Industrial Madeireira do Paraná, deu início à fase de exportações de madeiras industrializadas e, Cascavel ainda não existia em termos de civilização, quando as máquinas da sua empresa desempenhavam o papel de construtora de estradas dos colonos, as quais tinham duplice sentido, primeiro o da extração das árvores industrializáveis de pinheiros e, conseqüentemente, abertura de vias de acesso para uma infra-estrutura agrícola, que haveria de propiciar, na década de 70, o maior índice de divisas de exportações de produtos primários da agricultura. E essa empresa, que aparentemente se extingüiria com o ciclo da madeira, transformou-se em um grande grupo que lidera esse setor industrial e que adentrou no ramo da pecuária e da agricultura, sendo hoje uma das maiores empresas agrícolas da região.

Homem afeito à sabedoria da humildade e da simplicidade, pelo seu espírito humanístico e voltado para o elevado princípio da justiça, com todos aqueles que cercam o seu grupo empresarial, fez com que Renato Festugato fosse um homem comum entre os outros, mas grande na significação da implantação dessa respeitável civilização oestina.

O seu comportamento como chefe de família e chefe de empresa forjou no seu temperamento uma postura de consciência serena, que as adversidades impostas pelos fatos históricos, intrínsecos e extrínsecos jamais lhe abateu o "animus", orientando sempre a família empresarial e seu clã, com invejável altivez.

A homenagem não é ao empresário, mas ao homem de bem que dignificou e dignifica o que há de mais puro no ser humano. Conseguiu ser homem na sua plenitude.

A família do oeste do Paraná, pesarosa com esta fatalidade, quer deixar na memória deste Estado esta figura sempre alegre, amiga e corajosa de Renato Festugato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e prerrogativas parlamentares, requer após ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo passamento do Sr. PEDRO ALBERTO LAMB, ocorrido no último dia 16 na cidade de Marechal Cândido Rondon.

Prestamos esta homenagem como reconhecimento para aquilo que Pedro Alberto Lamb representou em vida para a comunidade rondonense, como um dos pioneiros ajudou aquele Município nos seus primeiros passos rumo ao seu grande futuro, e continuará a representar como exemplo para aqueles que o conheceram.

Outrossim, requer que da decisão do Plenário, seja dado ciência aos familiares, na pessoa do Sr. Arlindo Alberto Lamb, residente naquela cidade.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1977.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO:

1. A recente conclusão do Aeroporto de Guaíra, devidamente equipado para operar comercialmente;

2. O índice populacional da região (congregando os Municípios de Palotina, Terra Roxa, Francisco Alves, Iporã, Mal. Cândido Rondon, Altônia, entre outros), estimado em mais de 250 mil habitantes, aliado à extraordinária pujança econômica;

3. A premente necessidade de se dispor de uma linha aérea permanente, não apenas para o atendimento da região, como também proporcionar o desenvolvimento da indústria do turismo, requeiro, regimentalmente, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Tenente Brigadeiro Sylvio Gomes Pires, M. D. Diretor do Departamento de Aviação Civil - Aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro - solicitando a S. Exa., que se digne determinar os estudos de viabilidade visando a implantação de linhas aéreas (vãos denominados de 3o. nível) nos seguintes trechos:

a) GUAÍRA - FOZ DO IGUAÇU -

Esta linha aérea irá possibilitar, além do atendimento regional, extraordinário impulso ao turismo em Guaíra. É sabido que com a conclusão da Usina Hidrelétrica de Itaipu, as denominadas Cataratas de Sete Quedas irão desaparecer submersas no grande lago represado no Rio Paraná. Considerada uma das sete maravilhas do mundo, com a criação de uma linha aérea diária com Foz do Iguaçu, se constituirá em excelente opção aos turistas brasileiros e de outros países que visitam as Cataratas do Iguaçu, fato que acreditamos - por si só - como garantia de sucessos ao empreendimento. Alie-se a isso a possibilidade que terão os habitantes da região com conexões de voo de Foz do Iguaçu para Curitiba, São Paulo e Porto Alegre.

b) GUAÍRA - MARINGÁ - LONDRINA - CURITIBA.

Atualmente a empresa Rio Sul mantém vãos diários no trecho Maringá - Londrina - Curitiba, e, a extensão deste voo à Guaíra, seria também, medida de grande alcance. Economicamente, existem ligações estreitas entre os empresários da região de Guaíra com os das cidades de Maringá e Londrina, além de oferecer também, a possibilidade de conexões aéreas de Londrina para Curitiba e outras principais cidades do País.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que o mesmo determine à Secretaria de Educação e Cultura, à SANEPAR, assim como também gestione junto à COPEL, que imediatas providências sejam levadas a efeito para equacionar diversos problemas verificados na Escola Estadual de Emergência "Santa Rosa", localizada na Vila Santa Rosa.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1977.

(a) VALTER PIETRANGELO

JUSTIFICATIVA:

Inaugurada oficialmente no dia 18 de março do corrente ano, à Escola Estadual de Emergência Santa Rosa, abriga cerca de 250 crianças distribuídas pelas suas quatro séries.

É freqüentada por alunos residentes nas vilas Santa Rosa, Solitude, São Judas Tadeu e outras.

Nesta proposição, insisto em reclamar da indiferença e da inoperosidade da SANEPAR e da Secretaria de Educação e Cultura.

Professoras desse estabelecimento, proibiram seus alunos de se servirem da água ali distribuída e com justíssima causa, conforme atesta o exame bacteriológico realizado através da Administração de Recursos Hídricos, cujo laudo anexamos, e que comprova a existência de mais que 15 variedades de coliformes por 100 ml., e 13 coliformes fecais na mesma quantia analisada.

O poço de água que atende às necessidades da Escola Santa Rosa mede apenas quatro metros de profundidade com

um manancial de apenas 1 metro, o que favorece à infiltração de microorganismos e bactérias nocivas à saúde. Na região, frequentemente são constatados casos de hepatite e outras moléstias originadas do estado doentio da água. E, ironicamente, frisamos, existe numa distância de 800 metros, uma Estação de Tratamento da SANEPAR, exibindo placa onde se lê — "ÁGUA É VIDA". Para os moradores das vilas adjacentes, trata-se de deslavada e desavergonhada mentira, pois a água que bebem é VENENO.

Até a presente data, as centenas de reclamações apresentadas pelos moradores das vilas Solitude, Santa Rosa e São Judas Tadeu, além de outras circunvizinhas, não surtiram o mínimo efeito, pois os órgãos responsáveis comprazem-se em transformá-las, como é de costume, em bola de pingue-pongue, numa total demonstração de alheamento aos direitos do contribuinte.

AFINAL, QUE PARANÁ É ESTE?

A Secretaria de Educação edifica uma escola e não a equipara. Na Santa Rosa, professores e alunos vêem-se obrigados a responsabilizarem-se pela faxina, pois nenhuma zeladora presta serviços naquele estabelecimento.

Para agravar a situação, entra em cena a COPEL, enriquecendo o festival de besteiras que assola Curitiba, cortando o fornecimento de energia elétrica da Escola Santa Rosa. Tal situação é inconcebível e inaceitável. É digna de repulsa e da execração pública. Ficamos estarecidos ainda, ao constatararmos que em recibos anteriores, consta como usuária o nome da CONSTRUTORA BROTTA SA., que construiu o prédio. Ficamos sem entender. Duvidamos que alguém entenda.

Ao todo, são quinhentas famílias que merecem o respeito, a consideração e o atendimento dos órgãos públicos.

É necessário que o Sr. Governador do Estado tome conhecimento desses fatos aqui denunciados e que determine providências solucionadoras dos problemas levantados, a bem da coletividade daquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa, o artigo de autoria do colunista Joelmir Beting, veiculado à página 12 da edição de hoje - 20 de junho - do jornal "GAZETA DO POVO", intitulado "FAZENDO OMELETE SEM QUEBRAR OVOS".

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Numa linguagem clara, direta e de fácil digestão, o jornalista Joelmir Beting, em coluna estampada na página 12 da edição desta segunda-feira do jornal "GAZETA DO POVO", tece críticas às recentes medidas adotadas pelo Governo Federal e que retratam fielmente os desacertos de consequências anti-produtivas que predominam entre as paredes ministeriais.

Já no primeiro tópico de sua análise, Beting anuncia: "No mais legítimo "economês", a nota oficial do Banco do Brasil, sobre a enxugada geral de crédito diz entre outras coisas o seguinte - as medidas agora adotadas decorrem da necessidade de conter o nível de expansão dos ativos das autoridades monetárias, através de maior ênfase na seletividade do crédito, visando a uma melhor adequação dos meios de pagamento, com reflexos na contenção da inflação e sem prejudicar o processo produtivo do País", explicação que gerou o título da matéria - o Banco do Brasil quer fazer a omelete sem quebrar os ovos".

Mais adiante, Beting esclarece que a nota informa "que não serão afetados os programas de expansão de área cultivada" e indaga: "Como expandir a área de cultivo se estão sumariamente suspensos os financiamentos para a aquisição de calcário, para a recuperação do pantanal matogrossense, para a

recuperação da pecuária do norte de Minas, além de cortes no crédito para a aquisição de máquinas agrícolas? CAVAR TER-RAS NOVAS COM AS UNHAS?"

É indiscutível que as recentes medidas baixadas pelo Banco do Brasil foram como fatal guilhotinada no pescoço indefeso e desprotegido do lavrador paranaense e de todo brasileiro. Em ocasiões anteriores, afirmei acertadamente, que o Sr. Ministro da Agricultura, em suas freqüentes incursões pelo Estado do Paraná, assemelha-se a um caixeiro-viajante portando malas vazias. Em todas as ocasiões, veio pedir aos nossos lavradores que se esforcem no trabalho pelo aumento da produtividade. E como compensação, arcam os agricultores com as desestimuladoras consequências de medidas, tais como: CONFISCO CAMBIAL, SUPRESSÃO DE CRÉDITO e outras mais, sem ter - A QUEM REPASSÁ-LAS, como diz Beting, POIS É O ÚLTIMO ELO DA CORRENTE.

Realmente. Este é um País feito de nós.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, seja enviado expediente desta Casa ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, Humberto Esmeraldo Barreto, reivindicando a criação de uma agência do órgão na sede do Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Medianeira, apresentando notável desenvolvimento econômico, conta com cinco agências bancárias na sede e uma no Distrito de Missal.

Possui grande atividade comercial e industrial, destacando-se o Frigorífico Medianeira, um dos maiores do país e é sede da Cooperativa Três Fronteiras Ltda., associando cooperados de seis municípios, onde funciona um Posto de Serviço do Banco do Brasil.

Com a construção de Itaipu, sofre também a sua influência progressista e afluxo humano, demandando crescente número de construções.

A criação de uma agência da Caixa Econômica Federal em sua sede viria de encontro às necessidades que se avolumam, decorrentes do surto de progresso não só do município, como da região.

A par disto, viria beneficiar grandemente os municípios vizinhos como Santa Helena, São Miguel do Iguaçu, Capanema, Matelândia e Céu Azul.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após a aprovação do Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, de voto de congratulações dirigido ao eminente Deputado Federal Samuel Rodrigues, pela recente elaboração e apresentação de projeto de lei que visa assegurar os benefícios de aposentadoria aos motoristas de táxi, com 25 anos de serviço, assim como requer o envio de expediente ao parlamentar paranaense, sugerindo a apresentação de emenda substitutiva, estendendo tal benefício a todos os motoristas profissionais.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Reconhecemos como assaz oportuna, a feliz iniciativa do Deputado Federal Samuel Rodrigues, representante do Paraná na Câmara dos Deputados, pela apresentação de projeto de lei que assegura aos motoristas de táxi aposentadoria especial de que trata o art. 9o. da Lei 5890, de 8 de junho de 1973, aos 25

anos de serviço.

Realmente, conforme as justificativas que respaldam o documento já proposto, "nos dias que vivemos, sobretudo em razão da conjuntura econômica mundial afetada pela crise energética, quase todas as atividades profissionais passaram a ser exercidas em condições extremamente desfavoráveis. Uma das atividades, entretanto, é a mais atingida pelas ruínas consequências dos preços internacionais dos combustíveis derivados do petróleo, estamos nos referindo ao motorista de táxi, que suporta de modo mais direto o impacto desses tempos difíceis que a humanidade atravessa. Em breves espaços de tempo, os preços do combustível, dos lubrificantes e das auto-peças sofrem aumentos sensíveis, cujo percentual não é acompanhado por equivalentes reajustamentos nas tarifas dos serviços de táxis".

Realmente, a atual situação dos profissionais do volante é das mais aflitivas.

Entretanto, é indiscutível que do trabalho dos que se dedicam ao transporte em geral, depende o desenvolvimento global da Nação.

Também eles são afetados pelos elevados preços dos derivados do petróleo não condizentes com os ínfimos salários que lhes são pagos e pelos preços estipulados nas tabelas de fretes. São aviltantes os preços dos pneus, das peças e dos combustíveis. Grudam-se à direção de pesados veículos que trafegam em péssimas e inseguras estradas durante até 15 horas por dia.

Porisso, estribado em tais considerações, solicito o respaldo do Plenário para a aprovação do que proponho: que se insira na ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações dirigidas ao Deputado Samuel Rodrigues, assim como também o envio de expediente consubstanciado em sugestão para que o benefício por ele proposto aos motoristas de táxi, seja extensivo a todos os motoristas profissionais, indistintamente.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 76/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º É declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, de Rio Branco do Sul, neste Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1977.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A entidade acima pretende ser declarada de utilidade pública e apresenta seu estatuto, pelo qual se verifica que a mesma presta relevantes serviços à comunidade de Rio Branco do Sul na proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, razão por que submetemos à apreciação dos nobres Pares o presente plano de lei, para o qual contamos com o seu apoio e a conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI NÚMERO 77/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E ASSISTENCIAL BOM JESUS, com sede na cidade de Rio Branco do Sul, neste Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1977.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública atende às exigências da legislação própria, Lei Estadual no. 4399, de 17 de agosto de 1961, pois tem personalidade

jurídica, está sediada no Estado do Paraná e em funcionamento há mais de um ano.

Acresce ainda que a mesma presta relevantes serviços à comunidade e os membros de sua Diretoria não recebem vencimentos ou gratificações, preenchendo, portanto, ainda as exigências da legislação federal que a respeito dispõe (Decreto no. 50.517, de 02 de maio de 1961). A entidade igualmente não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretextos.

PROJETO DE LEI NÚMERO 78/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º Fica concedido ao Senhor MAJOR FERNANDO FLORES, o título de Cidadão Honorário do Paraná, pelos relevantes serviços prestados à causa pública e ao Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1977.

(a) ENÉAS FARIA

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) É lida e aprovada a ata.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está V. Exa. com a palavra.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Esta Presidência atende a V. Exa. e determina ao Sr. 1.º Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal dos Srs. Deputados) - (Pausa).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Vinte e cinco (25) Deputados responderam a chamada. Há quorum para prosseguimento da sessão.

A Presidência tem a satisfação de registrar a presença, neste Plenário, do Sr. Edgar Cavalcanti, DD. Serventuário da Justiça do Município de Goioerê.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho vivido, Sr. Presidente, ao lado de minha família nesses últimos meses, momentos de tristeza. Tenho sentido, Sr. Presidente, eu que me encontrava no escritório de advocacia trabalhando na profissão para a qual nasci, tranqüilamente; escritório no qual anos atrás amigos compareceram a pedir a minha participação política na vida pública do Estado do Paraná.

Embora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, avisado por minha família e contrariando a tantos pedidos daqueles que a mim estão ligados por laços sangüíneos; eu que fui criança descalça, eu que fui criança maltrapilha; eu, Sr. Presidente, que com suor e lágrima deixava de uma enxada para ir à escola, não me acovardei e aceitei convites de políticos do Estado do Paraná para disputar cargos políticos.

Quis Deus ou o destino, Sr. Presidente, que um dia eu me elegeisse Deputado Estadual para defender o homem que sofre, a criança descalça, o pobre povo deste Estado e deste País. Entretanto, desencadeia-se sobre mim nestes últimos meses um amontoado de perseguições.

Cobrei, Sr. Presidente, desta tribuna, representando o povo do Vale do Piquiri, no dia 03 de dezembro do ano que se passou, uma estrada asfáltica, promessa de vinte anos, que liga a cidade de Campo Mourão a Goioerê.

Não vou falar da produção de Goioerê, dos anseios, das necessidades e nem da luta daquele povo.

Não vou falar mais, Sr. Presidente, por enquanto, das promessas feitas ao meu povo. Vou esperar para ver se as promessas se consumam com realidade.

Tendo em vista o processo que se desencadeia contra mim, no Tribunal de Justiça deste Estado, os meus advogados, há dias atrás, entraram com um recurso para o Tribunal Pleno, tentando desclassificar o crime de injúria e difamação.

Fomos ao Tribunal que nos negou o sucesso.

Acontece, entretanto, que alguma coisa deve estar errada: ou o Tribunal, ou o jornal, esquecendo-se que, na minha casa, o homem político se chama Jayme Rodrigues Carvalho. Minha mulher, Sr. Presidente, meus cinco filhos, não são políticos. Por isso, não devem ser atingidos, nem pelo Tribunal, nem pela imprensa do Paraná.

Sou homem acostumado às furas lutas. Vim descalço até aqui. Sofri as intempéries do tempo, ao lado de um pai de 14 filhos, na dura luta do campo. Estou acostumado à luta. Sempre enfrentei essas lutas. Sou capaz de enfrentá-las até o último momento de minha vida.

Não admito, entretanto, e não admitirei, que sob pretextos desejos políticos de injustiça, de inverdade, adentrem às portas do meu lar, para atingir a minha fiel esposa, aos meus filhos, sangue do meu sangue, sonhos dos meus sonhos.

Está aqui, no "Diário do Paraná", jornal ligado ao atual Governo do Estado, por grupos econômicos, que este Deputado, entre os crimes alegados como sendo de autoria de Jayme Carvalho, encontra-se: "porte ilegal de armas, estupro, Sr. Presidente. É o fim da carreira de um pai de família. É o mais baixo degrau de um político, quando ele é acusado de estupro, estelionato e ligação com elementos tidos como subversivos.

Estupro, Sr. Presidente, é a notícia que a minha filha de 14 anos de idade, leu no "Diário do Paraná", na edição de sábado passado.

Adentraram com a injustiça, adentraram com a perseguição aos portais da minha casa. Bando de catilinas, repito, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

E já entrei hoje em entendimento com o jornal e com o jornalista que fez este pronunciamento. Eles prometeram corrigi-lo amanhã, na edição, mas eu teria de prestar um esclarecimento aos Deputados que convivem comigo, porque senão, amanhã, tido como Deputado esturador, eu serei incapaz de conversar com as filhas de V. Exas., porque o jornal taxou-me como verdadeiro monstro.

Injustiça.

Por questões políticas diversas, processos se desencadearam contra mim na cidade de Goioerê.

Política própria de uma cidade interiorana e pequena.

Política própria daqueles que querem combater aquele que realmente fala a verdade. Aquele que vive para o povo, com o povo e pelo povo.

Está aqui, Sr. Presidente, e eu leio a Certidão do Cartório do Crime da Comarca de Goioerê, porque o jornal diz que todos estes crimes estão naquela Comarca.

Certifico que revendo em Cartório nesta data, às 09:00 horas, os antecedentes do DR. JAYME RODRIGUES CARVALHO, brasileiro, casado, advogado, natural de Cambará-Pr., filho de Antônio Rodrigues Brianes e dona Amália Carvalho Rodrigues, constatei estar o mesmo indiciado nos seguintes autos:

1. Inquérito policial número 66/70, vítima Henrique Demarchi, iniciado por representação em 0909.70, 970, por infração dos Artigos 220 e 221 do Código Penal.

Veja bem, Sr. Presidente, vejam bem, Srs. Deputados, como termina este tópico da certidão arquivada em 10.09.1971, por desistência da parte ofendida. Não houve ofensa, foi arquivado porque não existia crime.

Era uma campanha política desencadeada contra mim naquela época quando era candidato a Deputado Estadual. Número 2, Sr. Presidente.

Inquérito policial número 12/74, Iniciado pela Portaria número 12/74, e dado como incurso no Artigo 19 da Lei das Contravenções Penais. Arquivado em 31.07.74, por sentença proferida pelo então Dr. Juiz Substituto.

Mais uma perseguição onde a justiça realmente fez justiça. Número 3, Sr. Presidente.

Ação Penal número 31/74. Denunciado em 25.06.74, com incurso no Artigo 171 do Código Penal. Arquivado em 30.09.74, por força de recurso impetrado no Tribunal de Justiça, sendo trancada a ação penal, antes mesmo do interrogatório.

Essa ação, Sr. Presidente, partiu de um delegado e de um promotor que pretendiam ser candidatos a deputados, e só poderiam ser candidatos a deputados se me eliminassem.

Eu ganhei por unanimidade, no Tribunal de Justiça do Paraná.

E ainda constam, Sr. Presidente, todos esses inquéritos, contra mim, como se não estivessem arquivados.

Está aqui a certidão.

Eu fico a pensar sobre o destino da justiça deste Estado, Sr. Presidente, quando, esta mesma certidão, se encontra nos autos que o Governador requereu contra este Deputado.

O que eu leio, Sr. Presidente, é fotocópia do que consta no Tribunal de Justiça.

O que querem de mim?

Queiram o que quiserem, Sr. Presidente, mas deixo aqui, desta tribuna, um apelo de pai de família, que sobretudo ama a esposa e os filhos que tem, e que os defenderá a qualquer custo.

Venha a justiça sobre mim, sou capaz de suportá-la, até injustiças, mas esqueçam de perseguir a minha família e o meu lar. Eles não são políticos, Sr. Presidente, eles não têm nada a ver com a minha situação. Chega de injustiça, chega de perseguição.

Eu fico aqui, Sr. Presidente, a esperar que o "Diário do Paraná" demonstre que é um órgão do povo, que não esteja vinculado com este Governo de tantas injustiças e que, amanhã, repare, não por este Deputado, mas, que repare pelos meus filhos, pela minha esposa, pelos meus amigos, o grande erro que fizeram — a imputar, a mim, na edição de sábado, o crime de estupro.

Que Deus vos inspire, Imprensa paranaense.

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Não gostaria, Deputado Jayme Carvalho, de apartear-lo, porque mais um pronunciamento V. Exa. acaba de fazer, acabá de proferir nesta Casa, um desabafo nascido de sua moral, da sua decência e da sua dignidade. Entendo até que não tinha o direito de apartear-lo, não tinha o direito hoje de inserir-me no pronunciamento de V. Exa., mas, também me parece que não me assiste o direito de calar o que devo dizer.

V. Exa., hoje, eminente Deputado Jayme Carvalho, dá uma lição de grandeza e uma lição de altitude. V. Exa. realmente se encontra num plano mais vasto e muito mais alto. Tendo em suas mãos, e, com a revolta justa que lhe acomete, tendo em suas mãos o instrumento para proceder de forma mais violenta, V. Exa. esquece a vingança, V. Exa. esquece o ódio, V. Exa. dá uma lição a esta gente toda e a todo este Paraná. V. Exa., com o que acaba de dizer mostra que, graças a Deus, o Paraná tem um Jayme Rodrigues de Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Muito obrigado. Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Assomo à tribuna para comunicar à Casa, que recebi o abaixo assinado dos presidiários, relatando fatos gravíssimos e merecedores de completa apuração. Já no dia seguinte, os jornais publicavam as denúncias dos presos, pois o Vereador Mário Celso também recebera o abaixo assinado e fornecera cópias à imprensa. Eu, procurando ser mais comedido, verificando que os presidiários haviam deixado de enviar cópia ao Dr. Negri Calixto, Corregedor dos Presídios e Juiz da Vara de Execuções Criminais, tomei tal providência. Agora, quando o impacto da denúncia já proporcionou superficiais investigações, permitindo, inclusive, a constatação da procedência de algumas das irregularidades apontadas, eu, elogiando a atitude adotada pelo digno titular da Secretaria de Justiça, deputado Túlio Vargas, solicitando fossem permitidas todas e quaisquer investigações, no sentido de total apuração do contido no abaixo assinado dos presidiários, acho que o assunto não deve ficar esquecido, não deve ser preterido, a pretexto de que os signatários são detentos de alta periculosidade.

É verdade que, apesar dos esforços e da boa intenção do Secretário de Justiça, muita coisa ocorre por trás das grades e que merecem rigorosa investigação.

Já relatei à Casa a existência de tuberculosos na Penitenciária Central, pondo em risco de contaminação a população carcerária.

Celso Hanick, mais conhecido como "Jack Palance", o perigoso assaltante, foi acometido de lepra, remetido ao leprosário e, posteriormente, voltou ao presídio, onde se encontra, se não morreu.

Os presidiários denunciam que o detento "Ferrinho" morreu na prisão, vítima de tuberculose. Alguma coisa precisa e deve ser feita, para pôr um paradeiro às arbitrariedades, às violências, ao tráfico de influências, aos favorecimentos comprados e aos fatos mais graves que ocorrem nos presídios.

Poderia, no uso de minhas atribuições, requerer a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mais com fins políticos, do que com resultados obtidos.

Quero, porém, agir com comedimento, com bom senso, visando, acima de tudo, obter resultados na eliminação dos erros, dos abusos e dos excessos.

Prefiro então, apelar ao Senhor Secretário de Justiça, no sentido de constituição de uma Comissão de Sindicância, composta por advogados, deputados, juízes e representantes da própria Secretaria, para apurar, insuspeitadamente, as denúncias e outras ocorrências não reveladas, com sugestão de medidas que resultem no proporcionamento de soluções mais justas e humanas aos problemas constatados. O meu pensamento, por sem dúvida, é o de apurar, o de sugerir, o de contribuir, procurando engrandecer mais ainda o Paraná. O que eu não desejo é que o olvido leve os presidiários ao auge do desespero, provocando reações a serem lamentadas no futuro.

Para o analista sereno, o abaixo assinado, acima de tudo, foi uma demonstração de verdadeiro desespero, pois, para quem não tem nenhum direito, a coragem de acusar só pode ser fruto do desespero. Temos a obrigação de apurar as denúncias, de verificar o que realmente está ocorrendo, dando ao povo uma satisfação insuspeita. É por isso que peço e espero ser atendido, no tocante à constituição da Comissão de Sindicância sugerida.

Era só, Senhores".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Encerrada a Hora do expediente, solicito manifestação da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja ocupar os 15 minutos reservados ao seu Partido.

Havendo declinado, consulto o Sr. Líder da ARENA, Deputado Luiz Roberto Soares, se o seu Partido usará o espaço de 15 minutos regimentalmente destinados.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — O Sr. Deputado Dácio

Leonel utilizará o espaço reservado, regimentalmente, à ARENA.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Com a palavra o Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Uma das grandes conquistas do professorado paranaense foi, sem dúvida nenhuma, a estabilidade que passou a ser reconhecida, depois da mensagem enviada para esta Casa, pelo Sr. Governador do Estado e que aqui obteve aprovação.

E passaram os professores amparados na referida lei, a requerer sua estabilidade.

Muitas delas foram indeferidas, por um entendimento face a um acórdão — de que não se deveria contar para esse fim os tempos de serviços prestados às Prefeituras Municipais ou a órgãos federais.

E hoje, Senhores Deputados, já estamos informados de que o Sr. Governador do Estado resolveu examinar tão importante assunto e decidiu determinar que tais tempos de serviço sejam contados para obtenção da estabilidade.

Tenho notícias fundadas de que tal decisão já está tomada pelo Governador do Estado".

É evidente que faço esta afirmação, apenas e tão somente, na condição de membro desta Casa Legislativa, e não na minha função de vice-líder.

Tenho informações oficiosas de que os professores poderão contar esse tempo de serviço prestado às Prefeituras e a órgãos federais.

É sem dúvida mais uma vitória do professorado que recebe a melhor atenção do Governador.

Como se sabe, a Lei da Estabilidade que foi sancionada pelo Governador do Estado, depois de aprovada por esta Casa, determina que todos os professores que até 1967 possuíam 5 anos de exercício no magistério, sejam considerados estáveis.

A decisão do Sr. Governador, confirmadas as notícias que temos, de que os tempos de Prefeitura e de órgãos federais serão contados também, "só pode merecer os aplausos de todos nós".

Venho, apenas para este registro, uma vez, Sr. Presidente, que também deverá ocupar esta tribuna, no horário reservado para a Aliança Renovadora Nacional, o eminente Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Com a palavra, o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há muitos que servem para servir e, outros que serem para viver.

Deparo hoje, aliás, no "Diário do Paraná" de sexta-feira, dia 17, com uma nota sob o título — "MARUMBI": Prefeito impede destruição de áreas verdes", cuja nota eu passo a ler:

"O Prefeito de Marumbi, Plínio Alves Nunes, está lutando para preservar uma área verde de nove alqueires, localizada junto ao perímetro urbano.

Considerada uma das principais atrações do município, a reserva conta inclusive com uma excelente mina de água, utilizada para abastecer a cidade.

Acontece que o proprietário pretende derrubar a mata e lotear a área.

IBDF.

Para evitar que isso aconteça, o Prefeito já procurou a ajuda do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Tanto na Delegacia do órgão em Curitiba, como no escritório de Londrina, o assunto despertou imediato interesse. E as autoridades não estão dispostas a permitir que a reserva seja destruída.

Em último caso, o Prefeito pensa declarar de utilidade pública a área, para em seguida efetuar a desapropriação, mesmo porque junto a ela o município já possui um alqueire também

em mata".

Quero, nesta oportunidade, congratular-me com o Prefeito Plínio Alves Nunes, de Marumbi, pela seriedade com que administra o município, o zelo que tem para com a sua comunidade, não permitindo que pessoas que só têm procurado tirar proveito do município, sem nada oferecer, é dos que servem para viver e não vivem para servir.

A área não tem nove alqueires. É uma área um pouco menor em uma fazenda de 100 alqueires denominada Fazenda Marumbi. Seus proprietários, residem em Londrina.

Só procuram tirar do município, deixando o problema social para que o município resolva, sendo grande o número de trabalhadores daquela fazenda que procuram o Posto de Saúde e Prefeitura, porque sua remuneração é baixa e precisam de ajuda.

Quando o município precisa de apoio, seus proprietários põem os maiores obstáculos, e o Prefeito encontra dificuldades porque a Fazenda divide com a sede do Município.

Querem devastar uma mata que protege o manancial da cidade. Há poucos dias, no levantamento da estrada que liga Kaloré à Marumbi, cujo traçado deveria passar dentro dessa propriedade, tudo fizeram os proprietários para evitar que isto acontecesse, fazendo com que o projeto obedecesse a estrada velha, onerando o serviço e aumentando a distância. Agora, a derrubada da mata.

Não vamos permitir, e espero poder contar com o apoio do IBDF para a preservação desta importante área que tem valor incalculável para o Município de Marumbi, tão importante para a sua comunidade, seja protegida, para que seja protegido o líquido mais importante para o ser humano, que é a água.

Ontem, quando víamos no programa de Sílvia Santos o "Arrisca Tudo", pensei até em apresentar um voto congratulando-me com este incentivo, este apoio, quando um jovem responde, o jovem Ronaldo Bandeira, responde sobre a poluição. É preciso que nós nos preocupemos sem pensar na remuneração, mas pensando no futuro, pensando na juventude, pensando na nossa responsabilidade de deixar à nova geração melhores dias, não trazendo os transtornos e as dificuldades.

Quando nós vemos um pequeno Município como Marumbi, uma área de mata pouco mais de quatro alqueires, numa fazenda de cem alqueires, esta única reserva querem devastar, trazendo intranquilidade a toda a população.

Por isso vim hoje à tribuna para congratular-me com esse Prefeito que se preocupa com a comunidade, que se preocupa com a cultura e com a segurança do povo do município que administra.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEN DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste Plenário, dos Srs. Anacleto Pantano, Vereador Líder da ARENA e o Sr. Sílvia Bonfim, também Vereador, ambos do Município de Corbélia.

Sobre a mesa, Emenda Constitucional, subscrita pelos Srs. Deputados Lineu Turra e Nilso Sguarezi, com apoioamento constitucional e regimental, constante do expediente. — **Recebida, determino que se publique no "Diário da Assembléia" e em avulso para conhecimento dos Srs. Deputados, após o que, determinará o início de prazo para a sua tramitação.**

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados. — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.**

Projeto de lei de autoria do Sr. deputado Enéas Faria, constante do expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem

do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final do Projeto de Resolução no. 176/75.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Solicito a V. Exa. que determine a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência atende e solicita ao Sr. 1º Secretário que após advertir pelo som da Casa, faça a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de quorum.

(Faz soar a campainha) — (Pausa).

O SR. 1º SECRETÁRIO - (procede à chamada nominal)(Pausa)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Responderam a chamada nominal 31 Srs. Deputados. Há número para deliberação.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 176/75, ex-Proposição 144/74, que aprova as contas prestadas pelo Governo do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1973. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 08/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição 116/77, aprova termos do Convênio e Termo Aditivo, respectivamente, celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e Cultura e o Município de APUCARANA, objetivando prestar assistência técnica e financeira, visando melhoria da rede municipal de ensino de 1º grau. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 11/77 - Mensagem do Poder Executivo número 03/77, ex-Proposição 164/77 - aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná com o Município de COLORADO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 13/77 - Mensagem número 14/77, ex-Proposição 175/77 - aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, com o município de TUNEIRAS DO OESTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 16/77 - Mensagem do Poder Executivo número 53/77, ex-Proposição 261/77 - aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de PAISSANDU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Prudente de Moraes, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 17/77, Mensagem número 56/77, ex-Proposição 115/77, aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de ANDARAÍ, para assistência técnica e financeira ao ensino de 1º grau. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 63/77, Mensagem número 48/77, ex-Proposição 234/77 - aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de CURITIBA, objetivando construção de seis (06) quadras destinadas à prática de esportes. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 60/75, que inclui no Plano de Obras do Estado, para execução em caráter prioritário, a construção de um prédio de alvenaria com nove salas de aula, no Colégio Agrícola "GETÚLIO VARGAS", na cidade de Palmeira. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 112/75, que incorpora aos proventos de inatividade dos funcionários aposentados em períodos anteriores a 1970, os benefícios previstos no artigo 140, item III, da Lei número 6174, de 16 de novem-

bro de 1970. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 156/75, que cria no Município de Telêmaco Borba, o Distrito Administrativo de Imbaú, com divisas constantes da Lei Municipal número 58, de 16 de agosto de 1966. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 94/76, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que integra no Plano Rodoviário Estadual em caráter prioritário, a construção e pavimentação de uma estrada ligando os Municípios de CAPA-NEMA, CAPITÃO LEONIDAS MARQUES e CASCAVEL, passando pelos Distritos de Santa Lúcia, Alvorada d'Oeste, Cielito, Santa Maria e Santa Tereza, integrando as regiões oeste e sudoeste do Paraná. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., e C.F., por unanimidade e FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 05/77, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a Obra de Assistência Social Nossa Senhora do Rosário, com sede na cidade de Floresta, Município do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 06/77, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA SANTO ANTÔNIO, com sede em Ubitatã. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 11/77, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que declara de utilidade pública a "CRECHE LAR FELIZ", com sede na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 19/77, de autoria do Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE MARINGÁ, com sede e foro na cidade de Maringá, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 20/77, de autoria do Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública o RECANTO DA JUVENTUDE "BRANCA FERNANDES", com sede e foro na cidade de Maringá, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 29/77, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública o Centro Espírita "Deus, Cristo e Caridade", com sede na cidade de Primeiro de Maio, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 35/77, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que denomina "Professor Almir Nelson de Almeida", o Ginásio de Desportos Tarumã, desta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 37/77, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a ALIANÇA CRISTÃ E MISSIONÁRIA, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 41/77, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que autoriza o Poder Executivo a denominar "PONTE LEÔNICIO GOMES PRIMO", a ponte sobre o Rio Cantú, na estrada que liga os Municípios de Palmital e Roncador. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 42/77, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que denomina "IVAN FERREIRA DO AMARAL E SILVA", a rodovia que liga os Municípios de Guarapuava a Pitanga. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem) Sr. Presidente, não sei qual o costume, mas o presente Projeto de Lei que consta sob o número 42/77, foi assinado por mim, juntamente com o Deputado Maurício Fruet, e não consta o nome de S. Exa.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) V. Exa. tem razão.

A Presidência determina à Ordem do Dia que corrija, fazendo constar, na segunda discussão do Projeto, o nome de ambos os deputados subscritores - Jurandir Messias e Maurício Fruet.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em votação o Projeto de Lei no. 42/77. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 44/77, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DA APARECIDA DE TURVO, com sede e foro no município de Guarapuava, Paraná, Distrito de Turvo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., COM SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 48/77, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que dá nova redação ao artigo 1.o da Lei número 6015, de 30 de setembro de 1969. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. —

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicitaria a atenção e gentileza da Mesa para melhor informar o Plenário que, uma vez que na Ordem do Dia não consta publicado na íntegra o Projeto de autoria do Deputado Augusto Carneiro, procedesse, não só a leitura da súmula, mas também do teor do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência atende e deseja apresentar desculpas aos Srs. Deputados, ao mesmo tempo que justifica a ausência no avulso da Ordem do Dia, do teor dos projetos em 1.a discussão.

Observando-se que na Ordem do Dia, das sessões dos últimos 15 dias, temos votado, aproximadamente 50 projetos, a Presidência verificou que os gastos com material de expediente estavam ascendendo somas vultosas. Razão pela qual, determinado a Mesa economia nas despesas de custeio, houve por bem deixar os referidos projetos sobre a mesa para estudo, análise e consideração dos Srs. Deputados.

E pede a compreensão dos Srs. Deputados, toda vez que os Srs. Deputados desejarem conhecer o teor dos projetos, durante a votação, a Mesa terá a satisfação de determinar a leitura do projeto de lei, bem como a justificativa, se for o caso, para esclarecimento dos Srs. Deputados.

O Sr. 1.o Secretário procederá à leitura do Projeto de Lei número 48/77.

O SR. 1.o SECRETÁRIO — (Lê projeto de lei 48/77).

O SR. ENÉAS FARIA — Satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em discussão o Projeto de Lei n.o 48/77. Em votação. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 50/77, de autoria do Deputado DEL CIEL, que declara de utilidade pública o Departamento de Assistência Social "CARITAS", com sede nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 03/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição n.o 119/77 - aprova os Termos Aditivos a Convênio e termo de convênio celebrados, respectivamente, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de ARAUCÁRIA, objetivando dar assistência técnica e financeira ao ensino de 1.o grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., e C.I.P., por unanimidade. —

EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 10/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 159/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de TOLEDO, objetivando articulação entre o Governo Federal, Estadual e Município, na assistência técnica financeira, visando a melhoria da rede municipal de ensino de 1.o grau. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria e FAVORÁVEIS da C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 21/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 126/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Município de CAMPO MOURÃO, objetivando assistência técnica e financeira à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1.o grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 25/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 130/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Município de CORNÉLIO PROCÓPIO, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da Rede Municipal de Ensino de 1.o grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 32/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 147/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de MARINGÁ, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de 1.o grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 33/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 148/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de NOVA ESPERANÇA, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de 1.o grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 52/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 197/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura com o Município de MEDIANEIRA, destinado à implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 54/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 202/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura com o Município de MORRETES, destinado à implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 56/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 204/77, aprova Acordo Plurianual celebrado

entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de MATELÂNDIA, destinado à implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados em exercício nas quatro 1.as séries do Magistério de 1.o grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 61/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 48/77, ex-Proposição no. 232/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura com o Município de CASCAVEL, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. APROVADO.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 82/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem 48/77, ex-Proposição no. 233/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Município de SANTA IZABEL DO IVAÍ, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 85/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 48/77, ex-Proposição no. 231/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 115/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 153/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de PONTA GROSSA, objetivando melhoria no ensino de 1.o grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 118/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem 56/77, ex-Proposição no. 160/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de TOLEDO, objetivando melhoria no ensino de 1.o grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 124/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem 50/77, ex-Proposição no. 199/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura com o Município de PALOTINA objetivando a implementação do projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro 1.as séries do 1.o grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 125/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 211/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria

de Educação e Cultura, com o Município de ASSIS CHATEAU-BRIAND, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - habilitação de professores não titulados em exercício no Magistério das quatro primeiras séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 126/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 212/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de ROLÂNDIA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério nas quatro 1.ªs séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 127/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem 50/77, ex-Proposição no. 215/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de MATINHOS, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro 1.ªs séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 128/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 218/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de GUARATUBA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro 1.ªs séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 129/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 219/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de CALIFÓRNIA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro 1.ªs séries do 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 131/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 40/77, ex-Proposição no. 295/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, através da CENESP, objetivando assistência técnica e financeira na realização de cursos de aperfeiçoamento e especialização conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 132/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 44/77, ex-Proposição no. 298/77, aprova o convênio celebrado com a interveniência do Governo do Estado do Paraná, entre o Ministério de Educação e Cultura e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, objetivando concessão de Bolsas de Estudos a alunos carentes de recursos financeiros. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 133/77, Mensagem no. 41/77, ex-Proposição no. 301/77, aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da

Educação e Cultura, Fundação Nacional de Arte, FUNARTE, objetivando realização do 1.º Curso de Animador Cultural - Formação de Monitores. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 172/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 118/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de ARAUCÁRIA, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira à rede municipal de ensino de 1.º grau. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 230/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem 230/77, ex-Proposição no. 397/77 - aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pitanga, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede daquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 231/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 68/77, ex-Proposição no. 401/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MEDIANEIRA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Manoel Mandrone, na sede daquele Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 232/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 68/77, ex-Proposição no. 406/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de GUAIRACÁ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária local. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência para diversos projetos de resolução. — APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Paulo Camargo e Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Amaral Santos, ocorrido nesta Capital. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Alberto Lamb, ocorrido na cidade de Cândido Rondon. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Renato Festugato, ocorrido na cidade de Cascavel. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal, reivindicando a criação de uma agência do referido órgão, na sede do Município de Medianeira. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do Departamento de Aviação Civil, encarecendo sejam determinados estudos de viabilidade, visando a implantação de

linhas aéreas, vôos denominados de 3.º nível, em diversos municípios. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que o mesmo determine à Secretaria de Educação e Cultura, à SANEPAR, assim como também gestione junto à COPEL, providências para equacionar diversos problemas verificados na Escola Estadual de Emergência "Santa Rosa", localizada na Vila Santa Rosa. — Em discussão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Deputado Federal Samuel Rodrigues, pela recente elaboração e apresentação do projeto de lei que visa assegurar os benefícios de aposentadoria aos motoristas de táxis com 25 anos de serviço. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo de autoria do colunista Joelmir Beting, veiculado na edição de hoje do jornal Gazeta do Povo, intitulado "Fazendo Omelete Sem Quebrar Ovos". — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo, pela ordem, a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, gostaria de conhecer os termos do que vai ser inserido em ata.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência atende e nem poderia deixar de fazê-lo. Lamenta, tão somente, que o Sr. 1.º Secretário tenha que fazer a leitura do extenso artigo do ilustre e competente jornalista.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Acabo de tomar conhecimento pelos Srs. Deputados que já leram o artigo. Por este motivo, dispense a leitura.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em discussão. Em votação. — APROVADO.

(O artigo acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento do Sr. Deputado Nelson Buffara, sem súmula. A Presidência localizará a petição do excelente Deputado, representante da região litorânea. S. Exa., com ampla justificativa feita também da tribuna, apela "Ao Sr. Secretário da Justiça, no sentido de constituição de uma Comissão de Sindicância, composta por advogados, juizes, deputados e representantes da própria Secretaria, para apurar, insuspeitadamente, as denúncias e outras ocorrências não reveladas, com sugestões emitidas que resultem no proporcionamento de soluções mais justas e humanas aos problemas constatados".

O pensamento de S. Exa., o Sr. Deputado Nelson Buffara é o de apurar, de sugerir, e o de contribuir procurando engrandecer, ainda mais, o Paraná. — Em votação. — APROVADO.

Com aprovação do Plenário a este requerimento, a Presidência entende que, atendida a sugestão do Sr. Deputado Nelson Buffara, por parte do Sr. Secretário da Justiça, deve S. Exa., nos termos do Regimento Interno, em outra oportunidade, requerer a representação legislativa estadual junto àquela Comissão de alto nível.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 03, 10, 21, 25, 32, 33, 52, 54, 56, 61, 82, 115, 118, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 132, 172, 230, 231, 232/77, e de Lei números 05, 06, 11, 19, 20, 29, 34, 35, 37, 41, 42, 44, 48 e 50/77;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 04, 05, 06, 15, 23, 27, 28, 29, 37, 60, 69, 80, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 113, 114, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202, 204, 206, 212, 213, 216 e 220/77.

marcando ainda uma sessão extraordinária, para amanhã, dia 21, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 14/77.
Levanta-se a Sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,
FOI APROVADO A REQUERIMENTO DO SR.
DEPUTADO VALTER PIETRÂNGELO,
EM SESSÃO DO DIA 20 DE JUNHO DE 1977**

JOELMIR BETING

FAZENDO OMELETE SEM QUEBRAR OVOS

No mais legítimo "econômês", a nota oficial do Banco do Brasil sobre a enxugada geral do crédito diz entre outras coisas, o seguinte:

"As medidas agora adotadas decorrem da necessidade de conter o nível de expansão dos ativos das autoridades monetárias, através de maior ênfase na seletividade do crédito, visando a uma melhor adequação dos meios de pagamento, com reflexos na contenção da inflação e sem prejudicar o processo produtivo do País".

Tradução: o Banco do Brasil quer fazer a omelete sem quebrar os ovos.

.....

A economia brasileira só anda quando guinchada pelo sistema de crédito. O professor Bulhões jura que pelo menos dois terços do PIB são gerados com o dinheiro alheio. Apenas um terço sai do chão puxando os próprios cabelos, impulsionado por recursos próprios (da empresa).

Com esse nível devastador de dependência ao endividamento - endividar-se é crescer - a economia brasileira só pode ser metabolicamente inflacionária: os juros devoram os lucros e os preços sobem — com o assalariado, no final da linha, desempenhando o papel da cabra de D. Camilo, a que não tinha a quem chutar nos fundilhos, como fora chutada pelo cachorro, chutado pelo padre, chutado por Cristo.

.....

O assalariado não pode transferir a elevação do custo de vida para um elo seguinte da corrente — é o último elo. E o reajuste do salário só acontece uma vez por ano, contra variações diárias do custo de vida. Como ajustar o calibre da receita fixa ao calibre da despesa inflável?

Eis o milagre brasileiro. Ou milagre do brasileiro. Milagre sim, mas é bom lembrar que nenhuma corrente pode ser mais forte do que seu elo mais fraco...

.....

A verdade é que a expansão do crédito, tida como causa da inflação brasileira, não passa de simples efeito de uma causa anterior e interior: a subcapitalização de um sistema econômico ainda longe de assumir a condição capitalista, a da concentração da poupança no risco e não no empréstimo.

Temos duas não-moedas para cada moeda. E o que é pior:

com as duas não-moedas atuando como quase-moeda e frequentemente assumindo ostensiva e impunemente a função de moeda. Como o Ministro da Fazenda só pode controlar a moeda, temos que a autoridade monetária exerce o policiamento sobre apenas um terço do sistema. E controlar apenas um terço é não controlar o sistema, que se recusa a responder aos estímulos e desestímulos do comandante.

Aliás, do co-piloto, sem comandante, em zona de forte turbulência. O co-piloto, por exemplo, não tem como regular o funcionamento dos dois poderosos reatores da causa: o BNDE e o BNH. Então, ele procura voar só com o BB.

Pois justamente o BB é o tanque de combustível da agricultura: 60 por cento das operações do gigante chapa-branca cobrem as atividades rurais. Então, escalado para conter a inflação de crédito, o Banco do Brasil terá de cortar o suprimento da lavoura. Mas a nota oficial do banco tranqüiliza a cabocla: "... sem prejudicar o processo produtivo".

A nota informa que não serão afetados os programas de expansão de área cultivada. Como expandir a área de cultivo se estão sumariamente suspensos os financiamentos para a aquisição de calcário, para a recuperação do pantanal matogrossense, para a recuperação da pecuária do Norte de Minas, além de cortes no crédito para a aquisição de máquinas agrícolas? Cavar terras novas com as unhas?

Terão preferência os produtos de exportação. Ótimo. Como ampliar esse tipo de cultura, cujo mercado tem o céu como limite, sem a incorporação de novas áreas ao espaço agricultável? Ou será que nos propomos desenvolver a agricultura de exportação nas terras hoje ocupadas pela agricultura de alimentação (a do mercado interno)?

E como produzir mais barato, com maior rendimento por hectare, sem o regime do capital intensivo, cujo financiamento acha-se agora semiparalisado? Mutilar hoje o ganho de produtividade de amanhã, será, realmente, uma tática anti-inflacionária?

Dirá o leitor que foram suspensos apenas alguns progra-

mas e apenas por um breve período. Certo.

O diabo é fazer com que o agricultor, mais arisco que bolinha de mercúrio, acredite nisso. O diabo é impedir que a sinistrose se alastre pela agricultura, único setor que se considerava vacinado contra os amargos remédios do desaquecimento econômico, vulgo emagrecimento do magro (com dieta aviada para gordo).

E um agricultor indeciso e inseguro, nesta altura do calendário agrícola, o da tomada de decisões de plantio, pode fazer com que o "breve período" da suspensão de "alguns programas" converta-se em uma futura colheita de frustrações e de escassez.

E na escassez o preço desce?

A natureza não dá saltos nem queima etapas entre o jogar da primeira semente e o colher do último fruto. Uma fábrica pode dar férias coletivas ou reduzir a produção diária, "até que as coisas melhorem", até que o mercado reaja, que o Governo se defina, que o crédito reapareça (para quem produz e para quem consome). E ao recomençar do jogo, pode fazer hora extra, tomar a capacidade instalada, produzir em 10 dias o que deixou de produzir em um mês de moita.

E a lavoura? Pode permitir-se o luxo de dar férias a São Pedro, à praga, à doença, -à semente, à flor e ao fruto? Pode confiar no preço bom da colheita antes de preparar a terra para o plantio? E a preparação do solo, a semeadura, o cultivo - tudo isso pode ser feito a qualquer época e em 10 dias?

A agricultura trabalha com um produto certo, na hora certa e no lugar certo. E contra um clima incerto e um mercado incerto. Crédito também incerto já é dose para urubu.

A estratégia do "stop-and-go", inspirada pelo guarda de trânsito, não se aplica à fria determinação do rio a caminho do mar. O "stop-and-go" monetarista talvez funcione para a indústria e até para o comércio, mas não pode funcionar para a agricultura.

Pela simples e boa razão de que o seu ritmo é ditado pela natureza e não pelo homem.